

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ



CONCURSO PÚBLICO

Cargo:
JUIZ SUBSTITUTO

CADERNO DE PROVA

Aplicação: 24/2/2002



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público – Aplicação: 24/2/2002

Cargo: JUIZ SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta de **cinquenta** questões objetivas de **Conhecimentos Gerais de Direito**.
- 2 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – JS/TJE/PA, de 20/12/2001.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

AGENDA

- I **26/2/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **27/2 a 4/3/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente na Escola “Meu Pedacinho do Céu” — Rua Boaventura da Silva, 1.004 — Umarizal, Belém – PA, no horário das 9 h às 16 h.
- III **21/3/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário do Poder Judiciário do Estado do Pará e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e da convocação para inscrição definitiva.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item **11 DOS RECURSOS** do Edital n.º 1/2001 – JS/TJE/PA, de 20/12/2001.
 - Informações relativas a resultados poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público – Aplicação: 24/2/2002

Cargo: JUIZ SUBSTITUTO

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na **Folha de Respostas**, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará anulação do candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

QUESTÃO 1

Acerca da interpretação das normas constitucionais relativas aos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a regra insculpida no § 2.º do art. 5.º: “os direitos e garantias expressos na Constituição da República não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Por essa norma, conclui-se que o direito constitucional brasileiro reconhece a existência não só de direitos formalmente fundamentais, mas também de direitos materialmente fundamentais.
- 2 Considerando o disposto na norma constante do § 1.º do art. 5.º: “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”, é correto afirmar que as normas de direitos fundamentais não estão condicionadas à atuação reguladora do legislador.
- 3 Considere a idéia de que os direitos de defesa identificam-se por sua natureza preponderantemente negativa, tendo por objeto abstenções do Estado. Nesse sentido, os direitos de defesa possuem maior carga de eficácia que os direitos sociais a prestações, pois estes estão sujeitos à “reserva do possível”.
- 4 Se atos normativos preexistentes estão em posição de contrariedade ao conteúdo de uma norma constitucional definidora de direito fundamental, a aplicação da norma constitucional prescinde da declaração formal de inconstitucionalidade dos atos anteriores com ela incompatíveis.
- 5 As normas de direitos sociais fundamentais não vinculam o legislador, cuja liberdade de conformação abriga juízo de discricionariedade para concretizar ou não programas, tarefas e fins constitucionais nelas veiculados.

QUESTÃO 2

Tanto o estado de defesa como o estado de sítio são situações de excepcionalidade política que não se devem perpetuar no tempo, sob pena de quebra da democracia, pois em sua vigência são admitidas restrições a direitos fundamentais. A respeito desse tema, julgue os itens abaixo.

- 1 Na hipótese de vigência de estado de sítio motivado por grave instabilidade político-econômica interna, ameaçadora da paz social e do funcionamento das instituições públicas e privadas, poderá ser excluída da apreciação pelo Poder Judiciário lesão ou ameaça a direitos individuais ou coletivos.
- 2 Durante o estado de sítio ou o estado de defesa, a Constituição da República não pode ser alterada, e o Congresso Nacional não pode ser impedido de funcionar.
- 3 Fora do estado de flagrância, na vigência do estado de defesa ou de sítio, em nenhuma hipótese a prisão de qualquer pessoa pode ser determinada por outra autoridade que não a judicial.
- 4 Em caso de declaração de guerra em que o Brasil esteja envolvido, cabe a decretação do estado de defesa e não do estado de sítio.
- 5 As imunidades parlamentares ficam automaticamente suspensas durante o estado de sítio.

QUESTÃO 3

Acerca do modelo de controle de constitucionalidade adotado pela Constituição da República, pela Constituição do Estado do Pará e moldado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens seguintes.

- 1 A Constituição da República em vigor atribui efeito vinculante “às decisões definitivas de mérito” proferidas nas ações declaratórias de constitucionalidade, razão pela qual este efeito não é concedido, pelo STF, às liminares deferidas nessas ações.
- 2 A arguição de descumprimento de preceito fundamental é instrumento processual destinado ao controle de constitucionalidade de atos emanados do poder público, condicionado ao princípio da subsidiariedade.
- 3 Os legitimados para o processo objetivo, visando à declaração de inconstitucionalidade de lei estadual ou municipal por afronta à Constituição do Estado do Pará, são os mesmos legitimados a interpirem ADIn junto ao STF, quando questionada lei estadual ou federal frente à Constituição da República.
- 4 O disposto no art. 52, X, da Constituição da República, segundo o qual compete ao Senado Federal, privativamente, “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF”, abrange apenas as leis federais, pois o Senado Federal não pode suspender uma lei estadual ou municipal, sob pena de violação do princípio federativo.
- 5 O estado de regulamentação legislativa incompleta de determinada prescrição constitucional, quando resulte suprido por efeito de ulterior complementação normativa, importa em prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, em virtude da perda superveniente de seu objeto.

QUESTÃO 4

A adoção do estado federal pressupõe a consagração de alguns princípios e de certas regras constitucionais para a coexistência harmoniosa dos entes que o compõem, sem prejuízo, ainda, da unidade estatal. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A Constituição da República garante aos estados-membros, em especiais situações, o direito de secessão.
- ❷ Conquanto a matéria sobre trânsito seja de competência legislativa privativa da União, admite-se que o estado-membro possa sobre ela legislar, se houver lei ordinária federal que contenha expressa autorização nesse sentido.
- ❸ A nova disciplina das medidas provisórias trazida pela Emenda Constitucional n.º 32/2001 em nada afetou o tratamento dado ao assunto pelos estados-membros que adotaram, em suas constituições estaduais, esse tipo de ato legislativo, dada a autonomia que possuem para legislar em matéria de processo legislativo.
- ❹ O modelo brasileiro de federação dispensa, no tocante às imunidades formais e materiais, igual tratamento aos parlamentares federais, estaduais e municipais.
- ❺ Os municípios situados no âmbito territorial dos estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União.

QUESTÃO 5

Julgue os itens subseqüentes, relativos à organização e ao funcionamento dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo do Estado do Pará.

- ❶ A Consultoria Geral é órgão do Poder Executivo incompetente para o exercício da representação judicial do estado.
- ❷ A Polícia Civil e a Polícia Militar subordinam-se à Secretaria Especial de Defesa Social; a Defensoria Pública subordina-se à Secretaria Especial de Promoção Social.
- ❸ Para a criação de novas comarcas, além dos dados referentes a número de habitantes, número de eleitores, extensão territorial e movimento forense, será considerada a receita tributária dos municípios interessados.
- ❹ O Tribunal de Justiça, posto que tenha mais de vinte e cinco desembargadores, não constituiu órgão especial para o exercício das atribuições afetas à competência do tribunal pleno.
- ❺ A escolha, feita pelo governador, de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios sujeita-se à aprovação da Assembléia Legislativa.

QUESTÃO 6

André, nascido em agosto de 1992, propôs, representado por sua mãe, ação de investigação de paternidade contra João alegando que sua mãe e o suposto pai mantiveram relações sexuais no período de sua concepção. O réu contestou negando que tivesse tido qualquer relacionamento com a mãe do autor. Havendo o réu negado o fato constitutivo do direito do autor, o juiz intimou este a se pronunciar a respeito da contestação. Em réplica, André alegou que sua mãe e o investigado viajaram juntos no período de sua concepção, juntando, inclusive, fotos da viagem e comprovantes do hotel onde ficaram hospedados. O juiz saneou o feito, deferiu a juntada das fotos e determinou a produção das provas orais requeridas pelas partes. Finda a instrução, proferiu sentença julgando procedentes os pedidos do autor, reconhecendo a paternidade de João em relação a André e condenando aquele a pagar a este pensão alimentícia no valor de dois salários mínimos, a partir do trânsito em julgado da decisão. O autor deixou transcorrer *in albis* o prazo para recurso, conformando-se com a sentença. O réu apelou pleiteando a nulidade da sentença a partir da réplica, sustentando que o autor, ao alegar fatos novos — a viagem de sua mãe e do investigado, não narrada na inicial —, alterou a causa de pedir sem o seu consentimento, o que é vedado pelo art. 264 do CPC. Intimado a responder o recurso, no último dia do prazo, o autor apresentou contra-razões e interpôs apelação adesiva, pleiteando a reforma da sentença na parte em que determinou que os alimentos fossem devidos a partir do trânsito em julgado da decisão, para que retroagissem à data da citação. O tribunal negou provimento ao apelo do réu e não conheceu da apelação adesiva, modificando, entretanto, a sentença para majorar os alimentos de dois para três salários mínimos mensais já que o contra-cheque de João, acostado aos autos, comprovava que seus rendimentos ultrapassavam R\$ 7 mil mensais.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ Os fatos novos alegados por André por ocasião da réplica não constituem alteração na causa de pedir, mas referem-se à mesma causa de pedir já alegada na inicial, ilustrando-a.
- ❷ O apelante já não poderia discutir na apelação a matéria relativa à alteração da causa de pedir porque sobre ela ocorreu a preclusão, tendo em vista não haver o réu agravado do despacho judicial que saneou o feito, deferindo a juntada dos documentos novos apresentados e deferindo a produção de prova relativa aos novos fatos alegados.
- ❸ O tribunal agiu acertadamente ao não conhecer do recurso adesivo, pois este tratava de matéria não abrangida no recurso principal, só sendo lícito ao apelante adesivo recorrer de matéria conexa à da apelação principal. Ademais, o autor, conformando-se com a sentença, praticou ato incompatível com a vontade de recorrer, faltando-lhe, portanto, interesse recursal.
- ❹ O tribunal agiu acertadamente ao majorar os alimentos fixados na sentença, apesar de não ter a matéria sido objeto de impugnação, pois o direito discutido nos autos é indisponível. Ademais, sendo um dos pólos da demanda ocupado por menor, é lícito ao tribunal agir *ex officio* na defesa de seus interesses, considerando-se, ainda, existirem nos autos provas suficientes a amparar a decisão do tribunal.
- ❺ Interposta apelação contra a sentença, o autor não poderá executá-la provisoriamente, ficando a condenação em alimentos sobrestada, sendo-lhe, porém, lícito interpor agravo de instrumento com objetivo de conceder efeito suspensivo ao despacho que recebeu a apelação.

QUESTÃO 7

A, B e C, escrivães de polícia, propuseram contra o estado do Rio de Janeiro ação ordinária pedindo a condenação do réu a reconhecer o direito que tinham de ocupar o cargo de delegado de polícia, que exerciam efetivamente, providência a cargo do diretor-geral da Polícia Civil, e a pagar diferenças de vencimentos, no valor de R\$ 250 mil, além de custas e honorários de advogado. Na contestação, o estado argüiu a preliminar de coisa julgada alegando já terem figurado os apelantes como autores em outra ação com igual pedido e igual fundamento, a qual foi julgada improcedente por acórdão irrecorrido do tribunal de justiça. No mérito, alegaram a inexistência do direito postulado. O feito correu regularmente em primeiro grau de jurisdição, tendo a sentença acolhido a preliminar para extinguir o processo sem julgamento de mérito, condenados os autores ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa. Contra essa sentença, interpuseram recurso, pleiteando a reforma da decisão para que, afastada a preliminar, fosse no mérito acolhida a pretensão.

Diante de tal situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Tendo, na atual ação, sido pleiteada a providência em face do diretor da Polícia Civil, e na anterior, em face do governador do estado, não há identidade de partes, ficando, assim, afastada a preliminar de coisa julgada.
- ❷ No sistema processual civil brasileiro em vigor no momento, de regra é vedado ao órgão *ad quem* pronunciar-se a respeito do *meritum causae*, sem que antes o haja feito o juízo *a quo*, não podendo, assim, o tribunal julgar o mérito da demanda se, acolhendo o recurso dos apelantes, afastar a preliminar de coisa julgada.
- ❸ Pelo princípio da eventualidade, e por economia processual, deveria o juiz, mesmo acatando a preliminar de coisa julgada, ter prosseguido no julgamento do mérito da causa.
- ❹ O juiz, ao julgar extinto o feito, equivocou-se ao fixar o valor da condenação dos honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, já que não houve condenação da parte contrária.
- ❺ Se os autores não tivessem recorrido da sentença, ainda assim os autos iriam para o tribunal, tratando-se de hipótese em que, envolvida a fazenda pública, impõe-se a remessa oficial.

QUESTÃO 8

Carlos, adquirente de veículo que veio a ser posteriormente apreendido por vício de aquisição, propôs perante o juízo cível do Distrito Federal (DF) ação de indenização pelos prejuízos decorrentes da evicção contra Bernardo, pessoa que lhe vendeu o veículo. Este, citado, denunciou a lide ao DETRAN-DF, Departamento de Trânsito do DF, órgão que lhe fornecera a certidão negativa do veículo, devendo, por isso, ser responsabilizado por eventuais danos que viesse a sofrer. O juiz, diante do requerimento de denunciação da lide ao DETRAN, deu-se por incompetente e remeteu os autos a uma das Varas da Fazenda Pública do DF, onde o feito passou a tramitar. O DETRAN contestou o feito e o juiz proferiu sentença julgando procedente o pedido em relação ao réu e ao litisdenunciado. O DETRAN irrisignado com a sentença, interpôs apelação. O tribunal, reformando a decisão que julgara procedente a denunciação, e entendendo ser o DETRAN parte ilegítima para figurar na posição de litisdenunciado, excluiu-o do feito.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Nas hipóteses de evicção, a denunciação da lide é obrigatória, sob pena de perder o evicto o direito de garantia de que é titular. No caso em exame, Bernardo deveria ter denunciado a lide à pessoa de quem adquirira o veículo.
- ❷ O tribunal agiu corretamente ao considerar incabível a denunciação da lide ao DETRAN, pois este não se insere na cadeia dominial do bem evicto e também por não estar obrigado, por lei ou contrato, a garantir o resultado da demanda.
- ❸ Por economia processual, e também para atender à finalidade do instituto da denunciação da lide, o juiz deveria ter condenado o litisdenunciado a ressarcir diretamente o autor, excluindo o denunciante do feito.
- ❹ O juiz cível em vez de remeter os autos à Vara da Fazenda Pública deveria ter desde logo suscitado o conflito de competência, para que o tribunal determinasse quem era competente para processar o feito.
- ❺ Se o tribunal, acolhendo a apelação do DETRAN, excluí-lo do pólo passivo da demanda, deverá cassar a sentença por incompetência absoluta superveniente do juízo fazendário eis que, cessada a causa que determinou a sua competência, este passou a ser incompetente de forma absoluta para processar a lide remanescente entre Carlos e Bernardo.

QUESTÃO 9

Quanto aos recursos, julgue os itens seguintes.

- ❶ Interposto recurso, é permitido ao relator apreciar o seu mérito, se este for manifestamente improcedente.
- ❷ Pelo princípio da singularidade recursal, a decisão judicial, para os fins de recorribilidade, é incindível, o que significa que se a decisão contiver uma parte que autonomamente seria uma interlocutória — rejeição de preliminar —, mas também decidir o mérito, deverá ser atacável tão-somente por recurso de apelação.
- ❸ Se o Ministério Público intervier no feito em razão da incapacidade de uma das partes, e, no curso da demanda, a parte adquirir plena capacidade, não terá mais o Ministério Público legitimidade para recorrer da sentença, eis que cessada a causa de sua intervenção no processo.
- ❹ Falta interesse em recorrer à parte que, saindo-se totalmente vitoriosa na demanda, pleiteia a majoração dos honorários advocatícios fixados na sentença de 19% para 20%, tendo em vista o princípio da economia processual e da insignificância.
- ❺ Se a parte houver formulado pedidos em cumulação sucessiva, e o juiz conceder o segundo deles, haverá interesse em recorrer para que o pedido principal seja concedido pelo tribunal.

QUESTÃO 10

Considerando os princípios que regem o processo civil, julgue os itens abaixo.

- ❶ Se o autor, fundado em contrato de mútuo, promove uma ação de cobrança contra o devedor e este não contesta a existência do contrato, mas simplesmente alega já haver pago a dívida, ou que a mesma está prescrita, ao juiz não é dado ter o contrato de mútuo por inexistente.
- ❷ Em ação de anulação de casamento em que o autor alegue algum vício que torne anulável o casamento, se a outra parte nada opuser quanto à existência do alegado vício, o julgador não ficará obrigado a aceitar esse fundamento, podendo, *ex officio*, ordenar a produção de quaisquer provas necessárias à descoberta da verdade dos fatos articulados na causa, devendo rejeitar a demanda se não estiver convencido da existência do questionado defeito, mesmo que ambas as partes o afirmem existente.
- ❸ Se o autor de uma ação reivindicatória deixar de cumular ao pedido de restituição da coisa o de condenação do possuidor injusto a indenizar-lhe perdas e danos, o juiz poderá incluir na sentença essa condenação, tendo em vista o caráter dúplice das ações possessórias e petitórias.
- ❹ Se o autor pleiteia indenização no valor de R\$ 50 mil, e requer antecipação de tutela no valor de R\$ 5 mil, é vedado ao juiz conceder a antecipação em valor superior a R\$ 5 mil, embora o pedido final seja maior.
- ❺ Quando uma das partes do processo for incapaz, não é obrigatória a intervenção do Ministério Público no feito se aquela estiver devidamente representada ou assistida por seu representante legal, desde que não haja colidência de interesses entre eles.

Texto para as questões 11 e 12

Na eleição de 2000 para a câmara municipal do município de Utopia – PA, composta por cinco vereadores, concorreram três partidos, o Partido Beta (PB), o Partido Gama (PG) e o Partido Delta (PD). A votação deu-se mediante sistema eletrônico e, realizada a apuração dos votos, chegou-se ao resultado da tabela abaixo.

legenda	n.º de votos
PB	450
PG	280
PD	170
votos brancos	100
votos nulos	80
total	1.080

QUESTÃO 11

Acerca da situação hipotética descrita no texto e da legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- ❶ O PD elegeu apenas um candidato.
- ❷ O quociente eleitoral foi 180 e o quociente partidário do PG foi 1.
- ❸ Se fosse idêntica a votação nominal dos dois candidatos mais votados do PG, então seria eleito apenas o mais idoso entre eles, exceto se o mais jovem fosse candidato à reeleição.
- ❹ Na referida eleição, deveriam ter sido considerados nulos os votos em que não fosse possível a identificação do candidato, mesmo que o número identificador do partido tivesse sido digitado de forma correta.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos mudou-se para Utopia em julho de 2001, sendo que, anteriormente, ele estava inscrito em Fortaleza – CE. Em janeiro de 2002, desejando transferir seu domicílio eleitoral de Fortaleza para Utopia, Carlos solicitou ao juiz eleitoral de Utopia a transferência de sua inscrição eleitoral para esta cidade.

Nesse caso, o juiz eleitoral de Utopia somente poderia prover a solicitação de Carlos se o pedido de transferência houvesse sido instruído com atestado policial ou outro documento que provasse que Carlos havia fixado seu domicílio civil em Utopia, ou seja, que ele havia fixado moradia na cidade com ânimo definitivo.

QUESTÃO 12

Novamente tendo em vista a situação hipotética descrita no texto e também considerando que Rodrigo foi um dos candidatos registrados pelo PD para concorrerem ao cargo de vereador de Utopia, julgue os itens abaixo.

- ❶ Se o PB concorresse nas referidas eleições municipais em coligação com o PD, então a coligação poderia registrar até dez candidatos para o cargo de vereador de Utopia.
- ❷ Se a câmara municipal de Utopia fosse composta por oito vereadores e o PG registrasse oito candidatos para concorrer a esses cargos, seria necessário que esses candidatos fossem metade homens e metade mulheres.
- ❸ O registro da candidatura de Rodrigo deveria ter sido feito perante o juiz eleitoral de Utopia e, caso Rodrigo houvesse sido eleito, o órgão da justiça eleitoral competente para expedir seu diploma seria a junta eleitoral de Utopia e não o juiz eleitoral.
- ❹ Se, à época do registro de sua candidatura, Rodrigo fosse filiado tanto ao PD como ao PB, caracterizar-se-ia dupla filiação, fato que, além de ser motivo suficiente para o indeferimento da solicitação de registro de Rodrigo como candidato, é tipificado como crime eleitoral de ação pública incondicionada.
- ❺ Se, na manhã do dia da eleição, Eduardo houvesse instalado caixas de som em seu carro e, utilizando a amplificação de voz proporcionada por essas caixas, saísse pelas ruas de Utopia convocando as pessoas para participar de uma carreata, às dezesseis horas, em favor da candidatura de Rodrigo, então agentes da polícia militar do Pará que tivessem observado Eduardo praticar esses atos poderiam prendê-lo em flagrante delito pela prática de crime eleitoral.

QUESTÃO 13

Pedro, vice-governador do Pará pelo Partido Justo (PJ), substituirá o governador durante todo o mês de maio de 2002, e Luíza, filha do atual governador do Pará, terá o registro da sua candidatura solicitado pelo PJ à justiça eleitoral para concorrer, em 2002, a reeleição para a Câmara dos Deputados.

Acerca dessa situação hipotética e da legislação pertinente, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Sendo João primo de Pedro, é correto afirmar que seu parentesco com o vice-governador não o tornaria inelegível para o cargo de deputado estadual do Pará nas eleições de 2002.
- ❷ Se um partido político impugnar a candidatura de Luíza em virtude de seu parentesco com o governador, o pedido de impugnação deverá ser indeferido, pois, como aos parentes em linha reta de governador de Estado é vedada apenas a candidatura a cargos eletivos estaduais e municipais, nada impediria que Luíza se candidatasse ao cargo de deputada federal.
- ❸ Se a avó paterna de Luíza for escolhida, em convenção do Partido Laboral (PLB), para candidatar-se em 2002 ao cargo atualmente ocupado por seu filho, o PJ não poderá impugnar a decisão da convenção do PLB por meio de mandado de segurança impetrado frente ao juízo eleitoral pertinente.
- ❹ No período em que for permitido a candidato realizar propaganda eleitoral com vistas à eleição de 2002, será defeso aos partidos desses candidatos veicular em rádio e televisão qualquer propaganda partidária, seja ela paga ou gratuita.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Augusta é dona de conceituado restaurante em Belém – PA, onde tem sua inscrição eleitoral e onde moram vários de seus parentes, com os quais ela mantém relações sociais com habitualidade. Entretanto, Augusta reside, há sete anos, em Natal – RN, onde possui e gerencia um restaurante e uma pousada.

Nessa situação, um partido político poderia requerer ao juízo eleitoral de Belém o cancelamento da inscrição de Augusta, hipótese em que a justiça eleitoral de Belém deveria determinar a exclusão de Augusta, em razão de ela não ter requerido ao juízo eleitoral de Natal sua transferência para esta circunscrição eleitoral.

QUESTÃO 14

Júlio era prefeito do município de Crixás pelo Partido Livre (PLV) e concorreu à reeleição em 2000. No referido município, o principal opositor ao PLV é o Partido da Educação (PED).

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Se o juiz eleitoral de Crixás verificasse pessoalmente que, na data da convenção para a escolha do candidato do PLV a prefeito, Júlio espalhara em toda a cidade faixas contendo os dizeres **Convencionais do PLV, escolham Júlio, o prefeito nota 10**, o referido juiz poderia ter iniciado, de ofício, procedimento contra Júlio, visando impor-lhe multa por propaganda irregular.
- ❷ Se Júlio fosse reeleito para o cargo de prefeito de Crixás em 2000 e, após a expedição de seu diploma mas antes da data de sua posse, o PED obtivesse provas de que, em janeiro de 2000, Júlio havia distribuído calendários contendo seu nome, sua foto e fazendo menção ao cargo por ele exercido, então o PED poderia impugnar a eleição de Júlio mediante recurso contra a expedição de diploma por motivo de realização de propaganda eleitoral extemporânea.
- ❸ Se Júlio fosse reeleito para o cargo de prefeito de Crixás em 2000 e, após a expedição de seu diploma mas antes da data de sua posse, o PED obtivesse provas de que, em janeiro de 2000, Júlio havia doado sapatos, tijolos, sacos de cimento e cestas básicas para eleitores de baixa renda, com a finalidade de adquirir a preferência desse eleitorado, então seria correto afirmar que a conduta de Júlio constituiu abuso do poder econômico e que, portanto, o PED teria o direito de representar ao juiz eleitoral de Crixás, solicitando a abertura de procedimento sumário de investigação jurisdicional para apurar a transgressão cometida por Júlio.
- ❹ Se Júlio fosse reeleito para o cargo de prefeito de Crixás e, quinze dias após a data de sua posse, o PED obtivesse provas de que, em agosto de 2000, Júlio havia praticado atos que constituíam corrupção e abuso do poder econômico, seria incabível que o PED impugnasse a reeleição de Júlio mediante ação de impugnação de mandato eletivo.
- ❺ No nonagésimo dia anterior à data das eleições de 2000, o juiz eleitoral de Crixás não poderia ter determinado inscrição nem transferência de eleitores.

QUESTÃO 15

Julgue os seguintes itens, acerca do direito eleitoral.

- ❶ Após adquirir personalidade jurídica de direito privado, o Partido Ultralivre (PUL) poderia constituir imediata e definitivamente os seus órgãos de direção municipais e regionais, independentemente da obtenção de apoio de eleitores em cada estado ou município. Todavia, para constituir definitivamente o seu diretório nacional, o PUL precisaria promover a obtenção do apoio de um número de eleitores correspondentes, no mínimo, a 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- ❷ Seria inconstitucional lei complementar federal que permitisse a partidos políticos brasileiros o recebimento de doações feitas por organizações internacionais de que a República Federativa do Brasil não faça parte, mesmo que a doação fosse vinculada à realização de atividades compatíveis com os princípios constitucionais vigentes.
- ❸ É falsa a afirmação de que um quinto dos membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve ser escolhido pelo presidente da República entre advogados de notório saber jurídico e membros do Ministério Público da União.
- ❹ O procurador-geral de justiça do Ministério Público do estado do Pará não pode exercer a função de procurador regional eleitoral desse estado.
- ❺ Em determinado município, a criação de novas zonas eleitorais somente pode ser feita por ato do juiz presidente da junta eleitoral, ato esse que deve ser submetido à aprovação do Tribunal Regional Eleitoral.

QUESTÃO 16

José é proprietário de imóvel rural. Não obstante se tratar de imóvel produtivo, foi publicado decreto que declarou o bem de utilidade pública com vistas à construção de Universidade Rural. Não havendo acordo quanto ao valor da indenização a ser paga, procedeu-se à instauração da ação judicial cabível.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Tendo sido declarado que o bem a ser desapropriado serviria à construção de universidade, qualquer outra finalidade que seja dada ao imóvel caracterizará tredestinação, o que ensejará a José direito de retrocessão.
- ❷ O poder público, não tendo obtido acordo quanto ao valor da indenização a ser paga, poderá solicitar ao juiz da ação de desapropriação a imissão provisória na posse, cujo deferimento dependerá de prévio pagamento de valor correspondente a percentual da avaliação feita pelo poder público.
- ❸ Caso o poder público não desapropriar todo o imóvel, José terá o direito de extensão, por meio do qual poderá obrigar o poder público a incluir na desapropriação parcelas de terra restantes que não se prestariam ao uso.
- ❹ Caso ocorra imissão provisória na posse, serão devidos juros compensatórios a partir da data da imissão.
- ❺ Para pagamento da indenização, além da correção monetária, caberá a incidência de juros moratórios, devidos desde o trânsito em julgado da sentença que fixe o seu valor.

QUESTÃO 17

Julgue os itens seguintes, relativos à licitação.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Em decorrência da inércia de determinado administrador público, não foram adotadas as providências necessárias à adequada conservação de prédio público, com aparecimento de infiltrações que ameaçaram as estruturas do prédio. Diante desse quadro, o próprio administrador, que não adotou as medidas preventivas cabíveis, determinou a contratação de empresa sem licitação, amparada em situação emergencial, a fim de realizar a reforma do edifício.
Em face à situação apresentada, a não-realização da licitação foi ilegal.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Determinada empresa pública do estado do Pará contratou advogados, sem licitação, para a defesa da entidade contra reclamações trabalhistas propostas por empregados. Não foi realizada a licitação haja vista tratar-se de situação de inexigibilidade, tendo sido demonstrada a notória especialização dos profissionais contratados.
Diante do exposto, deve ser considerada legítima a contratação realizada.
- ❸ Caso determinada unidade administrativa esteja diante de situação em que deva realizar licitação na modalidade de tomada de preços, será legítimo ao administrador querer realizar concorrência.
- ❹ Suponha que, com vistas à realização do princípio da eficiência, uma sociedade de economia mista do estado do Pará fez a combinação de diversas modalidades de licitação admitidas na Lei 8.666/1993, o que resultou em nova modalidade extremamente vantajosa para a entidade. Essa atitude deverá ser considerada, no entanto, ilícita.
- ❺ Empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade empresarial de produção de bens ou de prestação de serviços não se submetem ao dever de licitar, sendo o direito privado o regime jurídico a ser aplicável a seus contratos.

QUESTÃO 18

Com base nas situações acima, julgue os itens abaixo, relativos à Lei n.º 8.429/1992, que dispõe acerca dos atos de improbidade administrativa.

- ❶ Somente atos que tenham sido praticados com dolo poderão ter o seu enquadramento como ato de improbidade.
- ❷ Somente agentes públicos remunerados, assim como aqueles particulares que contribuam para a prática do ato ou que dele se beneficiem, poderão ser responsabilizados pela prática de atos de improbidade.
- ❸ A ação de improbidade, ainda que resulte na aplicação de sanções civis e eleitorais, possui natureza eminentemente penal.
- ❹ Enquanto estiver em curso a ação de improbidade, não deverá ser instaurado processo administrativo que vise punir o servidor que tenha cometido o ato, a fim de evitar decisões contraditórias ou mesmo a dupla punição pela prática de um mesmo ato.
- ❺ O dever do agente público de ressarcir o erário por prejuízos que ele tenha causado por dolo ou culpa prescreve em cinco anos da data em que o evento venha a se tornar conhecido.

QUESTÃO 19

Julgue os seguintes itens, relativos aos atos administrativos.

- ❶ O ato praticado com desvio de finalidade não é passível de convalidação, devendo ser anulado pela própria administração pública ou pelo poder judiciário, ainda que se trate de ato discricionário.
- ❷ Atos vinculados, atos exauridos e aqueles que gerem direitos adquiridos não poderão ser revogados pela administração pública, ainda que sua prática manifeste-se inconveniente ou inoportuna para o administrador.
- ❸ Decorre da auto-executoriedade, atributo do ato administrativo, a prerrogativa de o poder público dar efetividade a seus atos, sem que haja necessidade de prévia autorização judicial.
- ❹ Concessão de aposentadoria compulsória, de aposentadoria voluntária e de alvará para construir são exemplos de atos administrativos vinculados.
- ❺ Competência, finalidade e forma são requisitos vinculados em todos os atos administrativos.

QUESTÃO 20

O município de Belém decidiu delegar a particular a incumbência da prestação de serviços públicos de transporte coletivo. Por meio de lei municipal, ficou definido que seria utilizado o regime de concessão de serviço público como instrumento de delegação.

Em face a essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ As hipóteses de contratação sem licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993 são aplicáveis às concessões de serviço público.
- ❷ O contrato de concessão poderá ser celebrado por prazo indeterminado, hipótese em que o poder público concedente poderá, a qualquer tempo, por fim à concessão.
- ❸ A modalidade de licitação a ser utilizada será, obrigatoriamente, a concorrência.
- ❹ Uma vez celebrado o contrato, o poder público poderá, em nome de interesse público superveniente, decretar a encampação do serviço, o que irá exigir lei específica e indenização prévia.
- ❺ Na hipótese de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela concessionária, poderá o poder concedente decretar a caducidade da concessão.

QUESTÃO 21

A respeito do sistema tributário nacional, julgue os itens abaixo.

- ❶ Em caso de calamidade pública, os municípios podem instituir empréstimos compulsórios, desde que por lei complementar.
- ❷ Somente a União pode instituir impostos não previstos na Constituição da República, desde que por lei complementar e sendo os novos tributos não-cumulativos.
- ❸ As contribuições parafiscais destinadas à seguridade social podem ser exigidas no mesmo exercício fiscal em que forem instituídas, independentemente de qualquer prazo.
- ❹ A medida provisória pode instituir e aumentar tributos, ressalvados os casos em que a Constituição da República demanda lei complementar para regulamentar a instituição.
- ❺ A União pode excepcionalmente instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, concedendo incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as regiões do país.

QUESTÃO 22

Acerca do direito tributário, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Um imóvel utilizado exclusivamente por editora de livros é imune ao imposto predial e territorial urbano (IPTU) em virtude de proibição constitucional.
- ❷ Um bem imóvel de propriedade da Caixa Econômica Federal, que esteja sendo utilizado para o exercício de suas funções essenciais, pode ser objeto de incidência do IPTU.
- ❸ No sistema tributário brasileiro, cabe à lei complementar dispor acerca do tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- ❹ Os preços públicos constituem a receita derivada das entidades públicas, na medida em que são compulsórios, cobrados em virtude da prestação de serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas diretamente pelo Estado, ou indiretamente por concessionários e permissionários de serviços públicos.
- ❺ A obrigação tributária principal surge com o lançamento, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se com o crédito dela decorrente.

QUESTÃO 23

Julgue os itens a seguir.

- ❶ No sistema tributário brasileiro, o regime de substituição permite que o crédito tributário possa ser exigido antes da ocorrência do fato gerador da obrigação principal.
- ❷ É espontânea a denúncia apresentada pelo sujeito passivo em momento anterior ao início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- ❸ Nos crimes contra a ordem tributária previstos na Lei n.º 8.137/1990, o núcleo da figura delitiva principal é suprimir ou reduzir tributos com a intenção de causar dano ao erário público, tratando-se, portanto, de crime formal.
- ❹ O que diferencia o ilícito administrativo-fiscal do crime de sonegação é a natureza da sanção aplicada.
- ❺ O instituto da preclusão não está presente no processo administrativo tributário, pelo que a administração pode rever, a qualquer tempo, uma decisão favorável ao contribuinte proferida em sede de processo administrativo.

QUESTÃO 24

Julgue os itens que se seguem.

- ❶ O crédito tributário definitivamente constituído reveste-se de exigibilidade e, após a inscrição em dívida ativa, torna-se exequível, cabendo ao sujeito passivo da obrigação tributária satisfazê-lo no tempo que lhe for apurado na lei.
- ❷ Além das garantias do crédito enumeradas no Código Tributário Nacional, outras poderão ser observadas, desde que sejam expressamente previstas em lei, em função das características do tributo a que se refiram.
- ❸ Todas as empresas de pequeno porte podem optar pelo regime do sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições (SIMPLES).
- ❹ O sujeito passivo da relação tributária pode impetrar mandado de segurança para obter a declaração do direito à compensação de tributos.
- ❺ Com o advento da Lei Complementar n.º 104/2001, foi excluída a dação em pagamento em bens no rol de causas de extinção do crédito tributário.

QUESTÃO 25

Com relação ao direito tributário, julgue os itens a seguir.

- ❶ É necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.
- ❷ Os tratados e as convenções internacionais suspendem ou modificam as normas tributárias internas, com exceção dos dispositivos constitucionais, e serão observadas por aquelas que lhes sobrevenham.
- ❸ Em virtude da autonomia federativa, o presidente da República não pode firmar acordo internacional que verse acerca de legislação referente a ICMS, com reflexos na arrecadação desse imposto nos estados federados.
- ❹ Sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), sob a forma de convênio, os estados não podem conceder isenção de ICMS em seus territórios.
- ❺ É vedada, para quaisquer finalidades, a divulgação por parte da Fazenda de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo.

QUESTÃO 26

Julgue os itens abaixo, relativos às modalidades das obrigações.

- ❶ A obrigação civil, em contraste com a obrigação natural, pode ser exigida pelo credor. Na obrigação natural, o credor não tem o direito de exigir a prestação; em compensação, se o devedor, voluntariamente, efetua o pagamento, este não tem o direito de repeti-lo.
- ❷ A obrigação líquida é certa quanto a sua existência e indeterminada quanto a seu objeto. A compensação só pode ser realizada para as dívidas líquidas.
- ❸ A obrigação, imposta aos proprietários e inquilinos de um prédio, de não prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos vizinhos é denominada obrigação *propter rem*.
- ❹ Se o objeto de uma obrigação for um animal, e este der cria, o devedor fica obrigado a entregá-la, juntamente com o animal, por ser a cria um fruto percebido que pertence ao credor.
- ❺ Nas obrigações de dar coisa incerta, assim como nas obrigações de dar coisa certa, o devedor poderá alegar a perda ou deterioração da coisa.

QUESTÃO 27

Carlos deseja ceder a Marcos o direito de cobrar de João uma dívida de R\$ 10.000,00, que venceu há um mês, o que acarretou o juro convencionado de R\$ 500,00.

Julgue os itens a seguir, relativos à cessão de crédito e à situação hipotética apresentada anteriormente.

- ❶ O crédito de Carlos não constitui, em regra, bem de caráter patrimonial suscetível de transferência perante a legislação civil em vigor.
- ❷ Ao ceder para Marcos, sem ressalvas, a cobrança da dívida, o valor correspondente à cobrança dos juros não terá sido transferido.
- ❸ Na hipótese, considerando-se a cessão de créditos válida, Carlos é o cedente, Marcos é o cessionário e João é o cedido.
- ❹ Se Marcos for tutor de João, a cessão de créditos será inválida.
- ❺ A cessão, referida na situação hipotética, não pode ocorrer de forma onerosa, só podendo ser realizada de forma gratuita.

QUESTÃO 28

Flávio, comerciante, tem residências em Brasília – DF e em Vitória – ES, em razão de suas ocupações profissionais, vivendo, em média, seis meses do ano em Brasília – DF e os outros seis meses em Vitória – ES. Ao contratar Lúcio, domiciliado em Salvador – BA, estabeleceu como cláusula contratual que qualquer contenda judicial decorrente do contrato seria resolvida no foro judicial de Goiânia – GO.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando a legislação civil vigente relativa ao domicílio, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A cláusula contratual referida, na qual foi eleito o foro judicial de Goiânia, mostra-se inválida, pois nem Flávio nem Lúcio são domiciliados em Goiânia.
- ❷ Perante a legislação civil pátria, que permite a pluralidade de domicílios, o domicílio civil de Flávio poderá ser tanto Brasília, como Vitória.
- ❸ Em decorrência de dívida contraída em negócio jurídico distinto do referido na situação hipotética, no qual não foi eleito domicílio, Flávio poderia, também, ser acionado em Goiânia.
- ❹ Goiânia é domicílio necessário de Flávio, enquanto Brasília e Vitória são domicílios legais por eleição.
- ❺ Caso Lúcio fosse absolutamente incapaz, seu domicílio seria o mesmo de seu representante legal.

QUESTÃO 29

Com relação à paternidade e à filiação, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A presunção legal de paternidade, prevista no art. 338 do Código Civil, é absoluta (*iure et de iure*), não admitindo prova em contrário.
- ❷ A ação negatória de paternidade pode ser intentada pelo marido ou pelo filho nos termos do Código Civil vigente.
- ❸ A ação negatória de paternidade, por ser uma ação de estado, é imprescritível, nos termos do Código Civil vigente.
- ❹ A presunção legal de paternidade, prevista no Código Civil, abarca tanto os filhos de pais casados, como os filhos havidos fora do casamento.
- ❺ A legitimidade passiva da ação de investigação de paternidade recai no suposto pai ou, se este já for falecido, no espólio do falecido, nos termos da legislação civil.

QUESTÃO 30

Considere as seguintes situações hipotéticas.

- I Arthur adquire de Saulo um relógio dourado pensando ser de ouro, quando qualquer outra pessoa, nas mesmas circunstâncias objetivas e subjetivas, não cometeria tal erro. Saulo nada afirmou com relação a ser de ouro o relógio.
- II Jânio compra de Paulo um relógio dourado, porque Paulo lhe disse que era de ouro, querendo enganá-lo.
- III Mário compra um relógio dourado, porque João o obriga a fazê-lo, apontando uma arma para sua cabeça.

Com base nas situações acima, julgue os itens a seguir, quanto aos defeitos do negócio jurídico.

- ❶ Na situação I, Arthur não pode pleitear a anulação do negócio jurídico.
- ❷ Na situação II, Jânio só pode pleitear a anulação do negócio jurídico, não podendo pedir indenização por perdas e danos.
- ❸ Na situação III, o ato jurídico realizado possui a mesma invalidade que o da situação II.
- ❹ Os defeitos do negócio jurídico existentes nas situações I e II não terão o mesmo efeito jurídico no plano da validade do ato jurídico.
- ❺ Na situação III, há coação física (*vis absoluta*), faltando elemento essencial ao ato jurídico.

QUESTÃO 31

Julgue os itens que se seguem, relativos às sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

- ❶ Caso o contrato social seja omissivo, será considerado gerente o sócio majoritário.
- ❷ O sócio-gerente somente poderá delegar o uso da firma quando o contrato social expressamente o autorizar.
- ❸ O sócio-gerente não terá responsabilidade pessoal pelos atos que pratique em nome da sociedade, salvo quando tiver praticado ato que viole a lei, o contrato social ou com excesso de poder.
- ❹ As sociedades por quotas de responsabilidade limitada poderão usar firma ou denominação social. Em qualquer caso, o nome empresarial deverá ser acrescido do termo “limitada”, por extenso ou abreviadamente. Omitido esse termo, serão havidos como solidária e ilimitadamente responsáveis os gerentes e os que fizerem uso da firma.
- ❺ Em caso de falência, os quotistas responderão ilimitadamente pelas dívidas contraídas pela sociedade.

QUESTÃO 32

José adquiriu fogão da empresa Y, fabricado pela empresa X. Após ter sido instalado, o fogão provocou incêndio na casa de José e na de seu vizinho João.

Em face à situação hipotética apresentada, julgue os seguintes itens.

- ❶ João fica equiparado a consumidor, podendo exigir reparação dos fornecedores pelos prejuízos decorrentes do incêndio.
- ❷ O dever da empresa X de ressarcir os prejuízos provocados pelo incêndio a José estão relacionados à responsabilidade pelo fato do produto.
- ❸ Pelo vício do produto, a empresa X responde independentemente de culpa; a responsabilidade pelo vício do produto da empresa Y, todavia, dependerá de prévia demonstração de culpa.
- ❹ O contrato a ser celebrado entre José e a empresa Y poderá definir cláusula, desde que redigida com o devido destaque, em que se estipule que a responsabilidade desse fornecedor dependerá de prévia demonstração de culpa.
- ❺ Caso José seja comerciante e tenha ele adquirido o produto com vistas a revendê-lo, a relação entre José e a empresa Y continuará a ser de consumo, haja vista ser José pessoa física.

QUESTÃO 33

Julgue os itens abaixo, relativos aos títulos de crédito.

- ❶ Caso um cheque de mesma praça, emitido e datado em 5/2/2002, seja apresentado para pagamento no dia 20/3/2002, não poderá mais ser proposta ação executiva contra possível endossante do título.
- ❷ Caso um cheque de mesma praça, emitido e datado em 5/2/2002, seja apresentado para pagamento no dia 20/3/2002, terá início o prazo prescricional da ação executiva a ser proposta contra o emitente a partir do dia 20/3/2002, dia da apresentação.
- ❸ Considere que, tendo sido celebrado contrato de abertura de crédito, o banco credor solicitou que o devedor emitisse nota promissória que ficaria vinculada a referido contrato. Assim, caso o devedor torne-se inadimplente, o banco poderá executar a referida nota promissória.
- ❹ Suponha que José avalizou em branco nota promissória emitida por Pedro. Caso seja demonstrado que a assinatura de Pedro no título é falsa, a responsabilidade de José, todavia, será mantida.
- ❺ Suponha que Manoel avalizou letra de câmbio que, posteriormente, constatou-se continha vício de forma. Diante dessa situação, o vício de forma do título aproveitará a Manoel.

QUESTÃO 34

Tendo sido requerida a falência de devedor comerciante com fundamento no art. 1.º da Lei de Falências, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Não será decretada a falência se, dentro do prazo para defesa, o devedor efetuar o depósito elisivo da falência, no qual deverão estar incluídos os honorários do advogado.
- ❷ O devedor somente poderá apresentar defesa no prazo legal se efetuar o depósito elisivo da falência.
- ❸ O pedido de falência que tenha cheque por fundamento deverá estar acompanhado de instrumento que demonstre ter sido o título objeto de protesto extrajudicial, ou de declaração do sacado em que se demonstre que o título foi apresentado no prazo legal, não tendo sido efetuado seu pagamento.
- ❹ Deverá ser arquivado o requerimento de falência apresentado por credor cujo título não esteja vencido.
- ❺ Decretada a falência, o juiz deverá fixar, na própria sentença, prazo entre dez dias, no mínimo, e vinte dias, no máximo, a fim de que os credores apresentem as declarações de seus créditos. À exceção da fazenda pública, que tem seus créditos sujeitos à habilitação, não serão aceitos pedidos de habilitação apresentados fora do prazo fixado pelo juiz na sentença.

QUESTÃO 35

Julgue os itens seguintes, relativos à concordata.

- ❶ Não será concedida concordata se for demonstrado, em embargos, que ela exigirá dos credores sacrifício maior que na falência.
- ❷ Da sentença que conceda concordata, caberá apelação.
- ❸ Caso seja concedida concordata, todos os credores do devedor nela serão incluídos e sofrerão os seus efeitos.
- ❹ O comerciante poderá, no seu pedido de concordata, indicar a seguinte forma de pagamento: ao final do primeiro ano, ele pagaria dois quintos do saldo do seu passivo quirografário; ao final do segundo, seria efetuado o pagamento da segunda parcela correspondente ao restante (três quintos) do saldo do seu passivo quirografário.
- ❺ Caso determinado comerciante requeira a concessão de concordata e não preencha os requisitos fixados em lei para a obtenção desse favor legal, o juiz, independentemente de qualquer requerimento específico, deverá decretar a falência desse comerciante.

QUESTÃO 36

João, réu primário, sem antecedentes criminais, cometeu crime de roubo qualificado, juntamente com José, utilizando-se de arma de fogo, sendo condenado a uma pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime semi-aberto.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens abaixo, relativos à aplicação da pena.

- ❶ Para o cálculo da pena, o Código Penal (CP) adotou o chamado critério trifásico, por meio do qual o juiz fixa a pena-base, levando em consideração as circunstâncias judiciais, para em seguida, aplicar as agravantes e atenuantes e, finalmente, fazer incidir as causas de aumento ou de diminuição da pena.
- ❷ O regime de cumprimento de pena adequado à situação hipotética é o fechado, atendendo à necessidade de repressão ao crime com uso de violência física, independentemente do quantitativo de pena imposta.
- ❸ Considerando-se a pena-base de 4 anos, é perfeitamente possível, nessa situação hipotética, a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, conforme teor do CP, atendendo-se à política de individualização da pena.
- ❹ Se a pena-base para o crime de roubo é de 4 anos e considerando que o aumento de pena é de um terço até a metade, na hipótese apresentada, o juiz errou ao aplicar apenas uma das causas de aumento de pena, pois o CP determina a aplicação das causas de aumento, devendo a segunda, quando forem mais de uma, como no caso, ser considerada como agravante genérica do art. 61.
- ❺ O CP abre possibilidade para o reconhecimento de atenuantes, anteriores ou posteriores ao crime, em razão de circunstâncias não previstas expressamente em lei.

QUESTÃO 37

Julgue os itens abaixo.

- ❶ O crime de sedução é doutrinariamente chamado de qualificado quando o agente, para impor-se à confiança da vítima, faz crer a esta que o mal será brevemente reparado pelo casamento.
- ❷ Não é admissível o concurso material de crimes de estupro e atentado violento ao pudor, contra a mesma vítima, quando o coito anal e a felação estão entre os *proeludie coiti*, conforme orientação pacífica do Supremo Tribunal Federal (STF), caracterizando momentos de uma única ação.
- ❸ Segundo entendimento atual do STF, o crime de estupro, na sua forma simples, é considerado hediondo, não havendo necessidade que dele resultem lesões corporais graves ou morte da vítima.
- ❹ A presunção de violência prevista no art. 224 do CP é de caráter absoluto, não admitindo a alegação de que houve consentimento de menor de 13 anos de idade, quanto à conjunção carnal, conforme entendimento atual do STF.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Tício, ancião de 71 anos de idade, convida a menor Maria, com 7 anos de idade, para ir até sua casa. Chegando lá, convida a menor a tocar seu pênis, ao que esta se recusa. Com a recusa, o ancião masturbou-se diante da garota. A situação retrata uma tentativa de atentado violento ao pudor.

QUESTÃO 38

Julgue os itens a seguir.

- ❶ É qualificado, pelo abuso de confiança, crime de furto cometido por vigia noturno que tenha acesso às chaves do estabelecimento em que trabalha para poder atender a qualquer eventualidade.
- ❷ Comete crime de estelionato agente que, estando com a mercadoria já inteiramente vendida a posto de gasolina, descarrega parte do caminhão-tanque de combustível, apossando-se do restante, para posterior venda a terceiros.
- ❸ Comete crime de apropriação indébita empregador que, após dissídio coletivo, não acresce aos salários os valores anteriormente ajustados.
- ❹ Comete crime de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia aquele que tenha sido negligente na guarda de seus suínos, que, por isso, danificaram plantação de vizinho.
- ❺ Comete crime de roubo simples o agente que simula a utilização de arma de fogo, usando para tal dois dedos embaixo da camisa.

QUESTÃO 39

Em cidade próspera do interior, houve o aumento da violência, bem como de várias ocorrências de crimes contra o patrimônio, especialmente em residência. Em vista disso, o líder comunitário Chico procurou a delegacia de polícia, solicitando empenho da autoridade policial na solução dos crimes, com a prisão dos assaltantes, bem como efetivo policiamento ostensivo, com o fim de prevenir a constante ocorrência dos delitos. Diante de tal pedido, o delegado-chefe solicitou a Chico a quantia de R\$ 500,00, para o cumprimento de ações contra a violência naquela cidade.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando o CP e a jurisprudência dos tribunais pátrios, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Se o delegado tiver solicitado a quantia para si, estará caracterizado o crime de corrupção passiva.
- ❷ Se a solicitação feita pelo delegado for para outrem, estará caracterizado o crime de concussão.
- ❸ Se a solicitação feita pelo delegado não for paga pelo líder comunitário, não estará caracterizado crime, pois, em caso de crime, há exigência do efetivo recebimento da vantagem, por se tratar de crime material, que exige a ocorrência de resultado.
- ❹ Se o delegado tiver solicitado a quantia para si, a ser paga, porém, por empresário da cidade, e não pelo líder comunitário, estará caracterizado crime a ser imputado ao delegado.
- ❺ Se o delegado tiver solicitado a quantia para si, a ser paga pelo líder comunitário, sem que a polícia providencie a apuração do crime e o policiamento ostensivo, estará configurado o crime de prevaricação.

QUESTÃO 40

A respeito da prescrição, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ É pacífico o entendimento do STF em reconhecer a possibilidade da prescrição antecipada da pena, quando se antevê o reconhecimento da prescrição retroativa na eventualidade de futura condenação. Falta, nesse caso, o interesse teleológico de agir.
- ❷ Não constitui óbice ao reconhecimento da prescrição do art. 110 e de seus parágrafos, do CP, o improvimento do recurso da acusação.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Rômulo foi condenado a pena de 5 anos de reclusão. Iniciou o cumprimento da pena, permanecendo 3 anos e 1 dia preso, evadindo-se, em seguida, do estabelecimento prisional.
Nessa situação, o prazo para a prescrição deverá ser regulado pelo restante da pena.
- ❹ O art. 115 do CP determina a redução dos prazos prescricionais, se, ao tempo do crime, o criminoso era menor de 21 anos ou maior de 70 anos de idade. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que, para o maior de 70 anos, deve-se levar em conta a data da última decisão e não a do cometimento do crime, ao contrário do que ocorre com relação ao menor de 21 anos.
- ❺ Enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro, não corre o prazo prescricional, constituindo-se, assim, uma causa de interrupção da pena.

QUESTÃO 41

Em relação à competência, julgue os itens abaixo.

- ❶ Deputado Estadual que comete crime cuja competência é constitucionalmente da justiça federal deverá ser julgado pelo Tribunal Regional Federal, e não pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme entendimento do STF e STJ.
- ❷ Juiz que comete crime de homicídio (crime doloso contra a vida) em estado diverso do de onde exerce suas funções deverá ser julgado perante o Tribunal do Júri da localidade onde ocorreu o crime, conforme regra da competência em razão do lugar e em respeito ao art. 5.º da Constituição da República, que determina, pelo Tribunal do Júri, o julgamento de crimes dolosos contra a vida.
- ❸ Compete ao STJ julgar os recursos especiais interpostos das decisões das turmas recursais dos Juizados Especiais Criminais, em caso de violação a dispositivo de lei federal, conforme art. 105 da Constituição da República.
- ❹ Compete ao STF, e não ao Superior Tribunal Militar, processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Na comarca de Parauapebas – PA, Lúcio cometeu um crime de latrocínio, matando Caio, funcionário da Agência da Empresa de Correios e Telégrafos, em exercício de suas funções, tendo subtraído R\$ 10.000,00 em espécie e R\$ 2.000,00 em selos.
Tratando-se de crime patrimonial, é competente para processar e julgar o feito a justiça estadual, e, conseqüentemente, o juiz da comarca onde ocorreu o crime.

QUESTÃO 42

Durante instrução criminal, especialmente no depoimento do acusado, o juiz resolveu perguntar-lhe quem era o presidente do Brasil, tendo recebido resposta absurda. Diante de tal resposta, e outros elementos fornecidos oralmente pelo acusado, surgiu a alegação de dúvida acerca do estado mental do acusado.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A inspeção pessoal realizada pelo juiz é suficiente para determinar a imposição de medida de segurança ao acusado, não necessitando da realização de exame de sanidade mental, ante o princípio da economia processual.
- ❷ Havendo requerimento das partes para a realização do exame de sanidade mental, o juiz não poderá indeferi-lo, vez que no processo penal busca-se a realização do princípio da verdade real.
- ❸ Sendo o laudo de exame de sanidade mental afirmativo da incapacidade mental, para entender o caráter ilícito do fato de que se trata na instrução ou determinar-se de acordo com esse entendimento, o juiz pode, dentro do princípio da livre convicção motivada, recusá-lo e decidir a ação.
- ❹ A determinação, pelo juiz, da instauração do incidente de sanidade mental é irrecorrível.
- ❺ Do despacho que indefere a instauração do incidente de sanidade mental não é cabível a interposição de recurso em sentido estrito, mas sim de *habeas corpus*.

QUESTÃO 43

Em relação às nulidades em processo penal, julgue os itens a seguir.

- ❶ A ausência de jurisdição para o juiz produzirá ato absolutamente nulo.
- ❷ Sendo o acusado menor de 21 anos de idade, a ausência de curador não acarretará nulidade, se presente defensor dativo.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Em cidade do interior, Orlando cometeu um crime de lesão corporal qualificada. Apresentada denúncia, deu-se início ao processo, designando-se data para interrogatório. O sobrinho de Orlando, que trabalhava na vara criminal como digitador, deu conhecimento da ação a seu tio e comunicou tal fato ao juiz. Diante do conhecimento da ação e em respeito ao princípio da economia processual, não foi determinada a citação de Orlando.
Tal situação é perfeitamente possível, não sendo de reconhecer-se nulidade nessa hipótese.
- ❹ A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o juiz competente ratificar os demais atos.
- ❺ A nulidade absoluta é de ser reconhecida em qualquer momento, até mesmo em sede revisional, e ainda que não cogitada pela parte.

QUESTÃO 44

Para satisfazer ao inconformismo, próprio da natureza humana, foi estabelecida a possibilidade do exercício do recurso no chamado duplo grau de jurisdição, princípio constitucionalmente adotado no Brasil. Em relação aos recursos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Ao proferir a sentença de 1.º grau, o juiz deve apreciar todos os pontos de fato e de direito em relação aos quais controvertem as partes, resolver todos os incidentes, bem como apreciar as teses da acusação e defesa. Acerca das questões não decididas pelo juiz de 1.º grau, o Tribunal de Justiça poderá decidir.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Joel foi condenado pela prática de crime tentado. O Ministério Público recorreu com a finalidade de agravar a pena. Na análise da questão, o Tribunal de Justiça aumentou a pena por concluir ter havido crime consumado.
Nesse caso, a decisão do Tribunal de Justiça é perfeitamente válida, estando amparada pelo princípio *tantum devolutum quantum appellatum*.
- ❸ Havendo recurso somente da defesa, não pode o tribunal *ad quem* aumentar a pena em quantidade fixa, levando em consideração reincidência não reconhecida na sentença condenatória de 1.º grau. O aumento de pena, nessas circunstâncias, representaria a chamada *reformatio in pejus*.
- ❹ A sentença de 1.º grau que exige o recolhimento à prisão do condenado para apelar não constitui ofensa à garantia constitucional da presunção de inocência, conforme entendimento do STF.
- ❺ Da sentença que autoriza ou não o levantamento do seqüestro de bens, o recurso adequado é o recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 45

Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

- ❶ As irregularidades ocorridas no inquérito policial repercutem na validade do processo penal, mesmo quando a condenação se apóia em elementos de provas colhidos em juízo, tendo em vista a teoria do fruto da árvore envenenada.
- ❷ O inquérito policial é indispensável, como peça informativa, para o oferecimento da denúncia pelo promotor de justiça, constituindo excesso de exação o início da ação penal sem tal procedimento.
- ❸ Nas hipóteses de incidência da Lei n.º 9.099/1995, a autoridade deverá instaurar inquérito policial, bem como proceder ao indiciamento do acusado, em qualquer caso.
- ❹ O pedido de instauração de inquérito policial, na hipótese de crime de ação privada, não tem o condão de interromper o prazo decadencial.
- ❺ Não cabe o ajuizamento de ação privada subsidiária, quando houver pedido de arquivamento do inquérito policial pelo promotor de justiça.

QUESTÃO 46

Acerca do instituto da função social da propriedade rural, julgue os itens abaixo com relação à legislação em vigor.

- ❶ Para cumprir a função social da propriedade rural, é suficiente que o proprietário aproveite racional e adequadamente a terra.
- ❷ Considera-se inadequada a utilização, em floresta tropical, de terra em que é feito o desmatamento e a queima da vegetação para o uso pecuário.
- ❸ Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais por meio da qual se mantém adequadamente o equilíbrio ecológico da propriedade, bem como a saúde e a qualidade de vida das comunidades vizinhas.
- ❹ A atitude do patrão-fazendeiro que não paga em dia os salários de seus trabalhadores rurais ocasiona o não-cumprimento da função social da propriedade.
- ❺ A propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação por necessidade pública.

QUESTÃO 47

Silva, arrendatário, contratou com Souza, fazendeiro, o arrendamento de parcela de sua fazenda, situada na zona urbana do município, por prazo indeterminado. Após dois anos do contrato, concluída a primeira colheita e iniciada a colheita da segunda sementeira, Souza, arrendador, quis rescindir o contrato, com o que não concordou Silva.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Nessa hipótese, conforme doutrina dominante, não há um contrato agrário, pois a terra está situada na zona urbana do município.
- ❷ Nos termos do Estatuto da Terra, Souza pode, sem o consentimento de Silva, desfazer o contrato de arrendamento rural a qualquer momento.
- ❸ É vedado, nesse tipo de contrato, que Souza obrigue Silva a vender-lhe com exclusividade a colheita realizada.
- ❹ Silva não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tenha dado causa.
- ❺ Presume-se, em regra, o arrendamento por tempo indeterminado, feito no prazo mínimo de três anos.

QUESTÃO 48

A respeito da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, julgue os itens a seguir.

- ❶ Constitui-se regra do Direito Pátrio o fato de a propriedade individual poder ser extinta por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social.
- ❷ As ações de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, são de competência da justiça comum estadual.
- ❸ No Brasil, a partir da Constituição de 1946, surge a figura da desapropriação por interesse social.
- ❹ Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, os juros compensatórios na desapropriação indireta incidem a partir da ocupação.
- ❺ Nos termos da legislação vigente relativa à reforma agrária, as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

QUESTÃO 49

No que se refere à ação discriminatória e ao usucapião, julgue os itens seguintes.

- ❶ A ação discriminatória, ação privativa do poder público para separar as terras do domínio público com relação às de propriedade particular, está disciplinada pela Lei n.º 6.383/1976, tendo o instituto origem no direito romano.
- ❷ A ação discriminatória das terras da União efetiva-se perante a justiça federal.
- ❸ No texto constitucional de 1988, cogitam-se duas modalidades de usucapião: o extraordinário e o especial.
- ❹ O comodatário pode adquirir imóvel por usucapião constitucional rural.
- ❺ O usucapião, forma de prescrição extintiva, é modo originário de aquisição da propriedade, fundado na detenção do objeto, atendidos os requisitos legais.

QUESTÃO 50

A respeito do procedimento judicial de desapropriação de imóvel rural, peça fundamental para a execução da reforma agrária no país, julgue os itens abaixo.

- ❶ O rito processual previsto na legislação vigente é o rito sumaríssimo.
- ❷ A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de dois anos, contados da publicação do decreto declaratório.
- ❸ A contestação deve ser oferecida no prazo de dez dias.
- ❹ Na sentença, o juiz deve individualizar tanto o valor do imóvel, como o de suas benfeitorias e dos demais componentes do valor da indenização.
- ❺ A apelação da sentença que fixar o preço da indenização terá efeito devolutivo e suspensivo.